



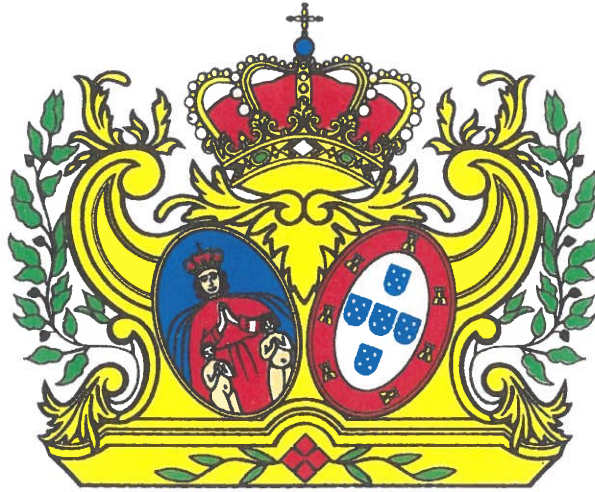
[Handwritten signatures in blue ink]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
E
CONTAS DE GERÊNCIA**

PERÍODO 2023

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

PERÍODO 2023



Relatório de Atividades
Período de 2023

1. INTRODUÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca foi fundada em 1610, com a missão de satisfazer carências, sociais e de saúde, e de praticar atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina e moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras da misericórdia. Hoje em dia, intervém no campo da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 300 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a idosos, a crianças e na provisão de refeições a agregados familiares carenciados.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, desde 1986;
- Serviço de Apoio ao Domicílio, desde 2000;
- Unidade de Cuidados Continuados e Internamento Privado, desde 2006;
- Núcleo Museológico da Capela da Misericórdia, desde 2008;
- Consultas Especialidades Médicas, Fisioterapia e Exames Auxiliares Diagnóstico, desde 2009;
- Centro de Dia (Urrô), desde 2011;
- Cantinas Sociais, desde 2012;
- Creche, desde 2013;
- Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho, desde 2013;
- Centro de Dia (Tropeço), desde 2015.

Ao longo do ano 2023, a Mesa Administrativa desenvolveu esforços no sentido de atingir os objetivos propostos no Plano de Atividades e de dar seguimento à sua missão como Instituição de solidariedade social, desenvolvendo um trabalho de forma pró-ativa, indo de encontro à prestação de um serviço de qualidade que responda às necessidades e expetativas dos utentes, das várias valências.

No ano de 2023, a economia europeia regressou gradualmente a um crescimento moderado, ajustando-se ao contexto da guerra na Ucrânia e à nova realidade do mercado energético, encontrando alternativas ao gás e ao petróleo russo. A menor pressão sobre os preços da energia, a reposição das cadeias de abastecimento, bem como o impacto da maior restritividade da política monetária tiveram influência na inflação, que conheceu uma descida gradual, terminando o ano próximo do nível objetivo de 2%.

A economia portuguesa fechou o ano de 2023 a crescer 2,3% face a 2022, segundo o Instituto Nacional de Estatística, confirmando que a inflação portuguesa está a estabilizar em baixa, uma desaceleração que se tem vindo a acentuar nos primeiros meses de 2024. Esta tendência de estabilização dos preços vem aliviar as Entidades do



Terceiro Setor, após um período muito difícil de preços muito altos, sobretudo os da energia, os dos combustíveis e os dos bens alimentares. Apesar disso, o aumento dos salários tem um forte impacto na estrutura de gastos destas Entidades, cuja atividade é, por natureza, mão-de-obra intensiva. Este impacto, não podendo ser refletido diretamente aos utentes, terá de ser compensado, por via das participações dos acordos de cooperação com o Estado, o que vem a acontecer, desde 2022, com aumentos extraordinários, como garantia da sustentabilidade destas Entidades.

O presente Relatório de Atividades pretende dar a conhecer aos Irmãos a atividade desta Instituição, durante o ano de 2023, com enfoque nas Demonstrações Financeiras, o qual se submete à apreciação, discussão e votação da Assembleia-Geral da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, para cumprimento das imposições legais.

2. A IRMANDADE

Durante o ano de 2023, passaram da situação de inativo para ativo 3 Irmãos, foi admitido 1 Irmão e saíram 6 Irmãos, 1 por desistência e 5 por falecimento.

Em 31/12/2023, a Irmandade era constituída por 233 Irmãos, repartidos da seguinte forma:

	N.º	%
Sexo Masculino	119	51%
Sexo Feminino	114	49%
Idade < 45	8	3,4%
45 > Idade < 65	58	24,9%
Idade > 65	167	71,7%
Inscrição < 1 ano	1	0,4%
1 > Inscrição < 5 anos	11	4,7%
5 > Inscrição < 10 anos	19	8,2%
Inscrição > 10 anos	202	86,7%

Em 2023, foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias: a primeira, em 25 de março, para apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2022, e a segunda em 25 de novembro para apreciação, discussão e aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de exploração previsional e de investimentos, para o ano de 2024.

Os atuais Órgãos Sociais, eleitos para desempenharem funções no quadriénio 2023 – 2026, tomaram posse no dia 12 de janeiro de 2023.



3. A ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1 – FACTOS RELEVANTES

Durante o ano de 2023, a Mesa Administrativa continuou a trabalhar no sentido da consolidação das respostas sociais e dos serviços de saúde e da concretização da missão e dos projetos de investimento da Misericórdia de Arouca, de forma a crescer no valor social realizado e na melhoria das condições que oferece, não só aos seus utentes, mas também aos seus colaboradores, conforme se descreve de seguida.

Encontra-se a decorrer o projeto da ampliação e requalificação da ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS. Em abril de 2023, foi aberto um concurso público para adjudicação da empreitada que foi dado sem efeito, por circunstâncias imprevistas, que obrigaram a alterar aspetos fundamentais das peças de procedimento. Ultrapassado esse constrangimento, foi reaberto o concurso público que se encontra finalizado. O contrato de empreitada, no valor de 1.848.451,51€, acrescido de IVA, foi assinado em 31/01/2024, com a empresa RUCÉ – engenharia e construções, Lda. tendo a obra sido consignada, em 29/02/2024. O prazo de execução da obra é de 6 meses estando prevista a ampliação da cozinha, a remodelação do refeitório, da sala de convívio e dos vestiários dos colaboradores, a criação de uma enfermaria e de uma sala de estar para utentes mais dependentes e a criação de 4 quartos duplos, o que tornará o edifício mais moderno e funcional, permitindo uma melhoria das condições de trabalho dos colaboradores e possibilitando a introdução de tecnologias de informação, a promoção das práticas de envelhecimento ativo e saudável, bem como a melhoria dos cuidados de saúde prestados aos utentes.

Esta empreitada será financiada pelo Programa de Alargamento das Respostas Sociais – 3.ª Geração (PARES 3.0), do Instituto da Segurança Social IP, estando aprovado um financiamento no valor de 1.218.516,00€, que será aumentado em 20% do montante elegível participado, pelo facto da empreitada ter sido consignada antes de 31/03/2024, nos termos da Portaria n.º 19/2024 de 26 de janeiro.

Após várias prorrogações de prazo, provocadas por falta de veículos elétricos no mercado automóvel, concluiu-se, em dezembro de 2023, o contrato de fornecimento de duas viaturas elétricas, uma ligeira de mercadorias e uma ligeira de passageiros, para o SERVIÇO DE APOIO AO DOMICÍLIO, investimento no valor de 74.500€, acrescido de IVA, financiado pelo PRR – Mobilidade Verde, em 50.000€.

A Mesa Administrativa concretizou, ainda, no decorrer do ano 2023, os seguintes investimentos, os quais foram financiados com recurso a fundos próprios, mas que vieram colmatar necessidades de conservação e de melhoria do equipamento e das infraestruturas:




Relatório de Atividades
Período de 2023

- Foi concluída a empreitada de instalação de 48 painéis fotovoltaicos, na cobertura da Creche, um investimento de 26.542€, que veio permitir a geração de energia elétrica para autoconsumo da Instituição. Entraram em funcionamento em março de 2023, contribuindo para a redução da fatura de energia elétrica, e minimizando o impacto da nossa atividade nas emissões de CO₂, através da utilização de uma energia renovável, a energia solar.

- Foram adquiridos novos equipamentos para o HOSPITAL, para o serviço de gastroenterologia, no valor de 35.700€, para a esterilização no valor de 6.021€ e para o internamento 3.437€. Também foram substituídos 11 aparelhos de ar condicionado, no valor de 16.115€

- Foram substituídos 8 computadores, no valor de 3.710€ e diversos equipamentos básicos nas várias valências, no valor de 2.534€.

- Na ERPI, procedeu-se à cobertura dos dois contentores, transformados em salas de visitas (5.658€) e à conclusão da obra da troca da sala de estar pelo refeitório (2.152€)

No ano de 2023, foram desenvolvidas várias atividades culturais e de interação com a comunidade, famílias dos utentes e com outras instituições, bem como ações de animação conjuntas, nas várias valências da Misericórdia, inseridas nos costumes e cultura locais, com o objetivo de valorizar as épocas festivas, tradições e práticas socioculturais da comunidade arouquense e de fomentar o envelhecimento ativo, entre outras:

- A peregrinação anual dos utentes ao Santuário de Fátima;
- A secular Procissão dos Fogaréus, na quarta feira da Semana Santa;
- O concerto de órgão ibérico, no cadeiral do Mosteiro de Arouca e a celebração da Eucaristia de Ação de Graças, comemorativos do aniversário da fundação da Misericórdia;
- As festas de fim de ano letivo da CRECHE e as festas de Natal, dos utentes e dos colaboradores;

Para desenvolvimento da atividade operacional, em 2023, a Misericórdia de Arouca contou com um número médio de 145 trabalhadores, o que traduz um acréscimo de 7, relativamente ao ano de 2022. Para além, do seu quadro de pessoal, colaboram com a Instituição cerca de 50 trabalhadores independentes e, quotidianamente, interagimos com uma ampla carteira de fornecedores de bens e serviços contribuindo assim, indiretamente e, de forma muito significativa, para o desenvolvimento do nosso Concelho.

Ainda nesse âmbito, e com o objetivo de continuar a disponibilizar à comunidade mais serviços, sociais e de saúde, mantivemos ou alargamos as parcerias, os acordos e os protocolos com os Ministérios da Segurança Social e da Saúde, Instituto de Emprego



e Formação Profissional, Subsistemas de Saúde, Seguradoras, Município de Arouca, União das Misericórdias Portuguesas, Agrupamento de Escolas de Arouca, Associação Empresarial de Cambra e Arouca, entre outros.

3.2 – SERVIÇOS DE SAÚDE

Desde 2006, ano em que reiniciamos a atividade do HOSPITAL DA MISERICÓRDIA, pretendemos prestar um serviço de proximidade e qualidade, num esforço contínuo por assegurar a melhoria e diversificação dos serviços de saúde, rentabilizando os meios, materiais e humanos, disponíveis. Hoje em dia, a prestação de SERVIÇOS DE SAÚDE assume um papel relevante no âmbito da atividade da Instituição, nomeadamente os exames complementares de diagnóstico, a fisioterapia, as consultas e os internamentos os quais, em 2023, representaram 62% do volume global dos serviços prestados.

Para além da preocupação em diversificar a oferta de serviços e de especialidades médicas, a Misericórdia de Arouca esforça-se por estabelecer protocolos e acordos, com subsistemas de saúde e seguradoras, de forma a garantir uma maior acessibilidade aos serviços e uma maior satisfação dos seus utentes. Assim, em 2023, foi alargada a convenção com a ARS Norte, passando a incluir os tratamentos de terapia ocupacional e as provas funcionais respiratórias e alargado o acordo com a ADSE na área da radiologia (eco dopplers), tendo sido mantidos todos os protocolos estabelecidos em anos transatos.

Em termos de procura dos serviços de saúde, comparando os dados de 2022 com os de 2023, nota-se que em 2023, apesar de um recuo de 12% nos serviços de radiologia e de ligeiros recuos nos serviços de cardiologia, gastroenterologia e colheita de análises clínicas, houve um aumento, muito considerável, da procura por fisioterapia e por consultas de especialidades, conforme espelha o quadro que se segue:

		2023	2022	Variação 2022-23	Variação %
Fisioterapia	N.º de atendimentos	3.903	3.418	+ 485	+14,19%
Radiologia	N.º exames	7.724	8.840	- 1.116	-12,62%
Cardiologia	N.º exames	4.342	4.425	- 83	- 1,88%
Gastroenterologia	N.º exames	1.286	1.346	- 60	- 4,46%
Consultas de Especialidades	N.º de atendimentos	3.962	3.602	+360	+9,99%
Colheitas de Análises Clínicas	N.º de atendimentos	2.511	2.599	- 88	- 3,39%



[Handwritten signatures]

Relatório de Atividades
Período de 2023

[Handwritten signatures]

Outros serviços prestados no Hospital são o Internamento Privado e os Cuidados Continuados Integrados. Este último resulta de um protocolo com os Ministérios da Saúde e da Segurança Social, que contempla catorze camas em Unidade de Longa Duração, para internamentos de duração ilimitada, e seis camas em Unidade de Média Duração, para internamentos de noventa dias de duração. Por sua vez, o internamento privado dá resposta às necessidades de particulares e beneficiários de seguradoras ou outros subsistemas de saúde, disponibilizando nove camas. O movimento de utentes neste serviço, durante os anos de 2022 e 2023, está espelhado no quadro abaixo:

Tipologia	Vagas	Admissões		Taxa Média de Ocupação	
		2023	2022	2023	2022
Unid. Média Duração	6	17	26	97,3%	93,1%
Unid. Longa Duração	14	9	16	99,3%	97,2%
Internamento Privado	9	20	14	74,7%	63,8%

No que respeita à UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS, em 2023, não houve qualquer aumento das participações dos Ministérios da Segurança Social e da Saúde.

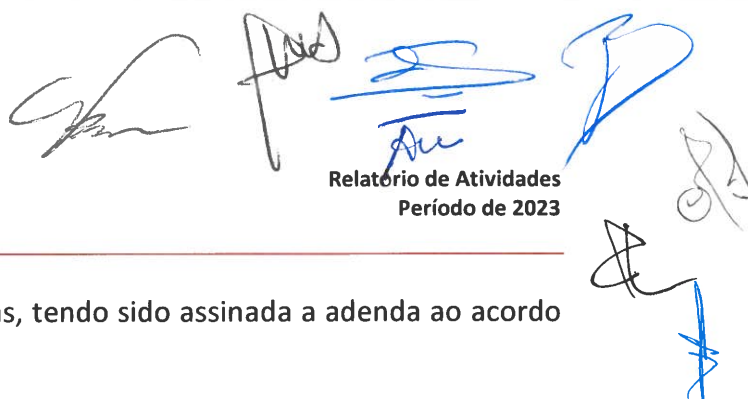
3.3 – RESPOSTAS SOCIAIS

Considerando os serviços das respostas sociais a principal razão de existência da Misericórdia de Arouca, o bem-estar dos nossos utentes e a inclusão social dos mais vulneráveis continuou a ser o nosso foco, com o cumprimento dos planos de animação sócio cultural, o acompanhamento espiritual e religioso e os cuidados de saúde e de dieta alimentar, em todas as valências.

Em 2023, as participações financeiras da Segurança Social, devidas por força dos acordos celebrados para as respostas sociais, sofreram os seguintes aumentos:

- na ERPI e CENTRO DE DIA: 5% + 6% (em setembro de 2023)
- nas restantes respostas sociais 5% + 3% (em setembro de 2023)
- uma participação extraordinária (em dezembro de 2023) de 1,3% para a generalidade das respostas sociais, à exceção da CRECHE, e de 2.4% para a ERPI.

A medida de gratuidade das creches veio aumentar a procura por parte das famílias e criar listas de espera, um pouco por todo o país, e a CRECHE DA MISERICÓRDIA DE AROUCA não foi exceção. Na tentativa de aumentar a capacidade de resposta das Creches, foi publicada, em 5 de julho de 2023, a portaria n.º 190-A/2023, que promoveu a simplificação de procedimentos para instalação e ampliação das creches existentes. A Misericórdia de Arouca manifestou interesse para alargamento da



Relatório de Atividades
Período de 2023

capacidade da Creche de 43 para 45 crianças, tendo sido assinada a adenda ao acordo de cooperação a 25 de agosto de 2023.

O número médio de utentes a frequentar as valências sociais, face ao ano transato, aumentou na Creche, no Centro de Dia de Urrô e nas Cantinas Sociais, manteve-se na ERPI e nos Serviços de Apoio ao Domicílio e diminuiu no Centro de Dia de Tropeço, conforme consta do quadro abaixo:

	Capacidade da Valência	N.º de Utentes abrangidos pelo acordo com o ISS	N.º Médio de Utentes 2023	N.º Médio de Utentes 2022
ERPI	112	90	89	89
Serviço Apoio Domicílio	42	39	39	39
Centro de Dia de Urrô	50	48	36	28
Creche	45	43	41	33
Centro de Dia de Tropeço	15	10	8	9
Serviço Apoio Domicílio Tropeço	15	12	12	12
Cantinas Sociais ^(*)	330	330	320	264

^(*) Número refeições disponibilizadas mensalmente.

4. Análise económica e financeira

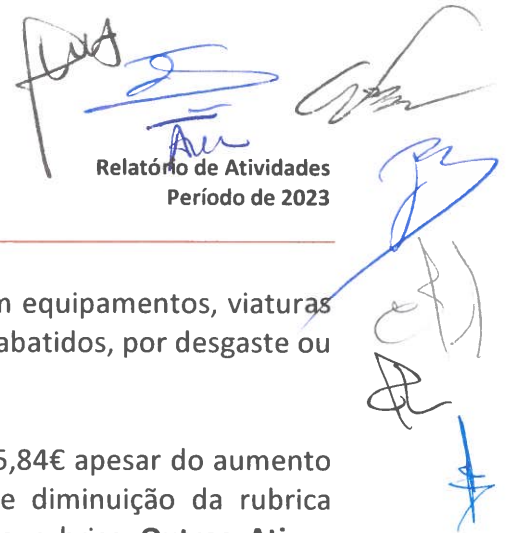
Tendo por base este relato da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Arouca durante o período de 2023, e com o intuito de dar a conhecer a sua situação económica e financeira, presta-se a seguinte informação, de acordo com os elementos constantes nas Demonstrações Financeiras, elaboradas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística das Entidades do Setor Não Lucrativo.

4.1 – PERSPETIVA FINANCEIRA - BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2023, o **ATIVO LÍQUIDO** da Instituição cifrava-se em 9.935.606,91€ traduzindo um acréscimo de cerca 1,27%, relativamente ao período transato, que se cifrou em 9.811.260,52€.

No que respeita ao **ATIVO NÃO CORRENTE** conheceu um decréscimo de 34.479,45€ justificado, não só, pela diminuição do valor dos **Investimentos Financeiros** (Fundo de Compensação do Trabalho) mas também pelo facto do valor das depreciações do período (224.371,62€) superar o valor das incorporações ocorridas nas rubricas **Ativos**




Relatório de Atividades
Período de 2023

Fixos Tangíveis (AFT), que corresponde aos investimentos em equipamentos, viaturas e edifícios, já referidos, deduzido do valor dos equipamentos abatidos, por desgaste ou avaria irreparável (8.980,27€).

Quanto ao **ATIVO CORRENTE** sofreu um aumento de 158.825,84€ apesar do aumento da rubrica **Caixa e Depósitos Bancários** (+337.642€) houve diminuição da rubrica **Créditos a Receber**, de clientes e utentes (-66.079€) e da rubrica **Outros Ativos Correntes** (-111.471€). Esta rubrica **Outros Ativos Correntes** (*Outras Contas a Receber*) atingiu o valor de 1.631.320,87€ reflete, fundamentalmente, as verbas por receber do IGFSS (9.808,80€), do FRSS (1.583,12€), do Norte 2020 - FEDER (9.126,58€), da ARS Norte (241.775,36€) e da ADSE (8.960,99€) e do Instituto da Segurança Social PARES 3.0 (1.218.516€), e PRR Mobilidade Verde (15.000€).

O valor dos **Inventários** (52.291,85€) traduz o valor das existências de materiais em stock, a 31/12/2023, distribuídos por Matérias-primas (5.599,86€), Matérias de consumo (38.990,99€) e Materiais Diversos (7.701€). Estes últimos referem-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Misericórdia de Arouca, em 2012, o qual tem vindo a ser consumido e doado. Em 2023 foi dada saída de 680€, dos quais 620,50€ por acerto de inventário e o restante para consumo na Creche.

Os **FUNDOS PATRIMONIAIS** atingiram o valor de 9.087.927,74, tendo conhecido os seguintes movimentos no período:

- A rubrica de **Resultados Transitados**, conheceu um aumento pela afetação do Resultado Líquido do período de 2022 (151.443,39€).
- A rubrica de **Outras Variações nos Fundos Patrimoniais** uma diminuição pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (48.429,77€).

Quanto ao **PASSIVO**, atingiu o valor de 847.679,17€, não existindo **PASSIVO NÃO CORRENTE**. É importante referir que a Instituição não contraiu nenhum empréstimo bancário durante o ano de 2023.

No **PASSIVO CORRENTE** a rubrica **Fornecedores** traduz o valor que a Instituição lhe devia (137.053,66€), a 31/12/2023. A rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** traduz o valor da retenções de IRS e da Taxa Social Única, aos colaboradores, relativos ao mês de dezembro de 2023, a pagar em janeiro de 2024.

A rubrica **Diferimentos** (80.075,41€) reflete o valor da conta 282 – rendimentos a reconhecer, que engloba, além da retenção de garantia da empreitada de construção do Hospital (49.670,04€), o valor do vestuário de criança por utilizar (7.701€), relativo ao donativo em géneros, já referido, e o adiantamento das participações da Segurança Social, relativas ao ano de 2024, e pagas em dezembro de 2023, como forma de garantia de liquidez às IPSS (22.634,37€).



Outros Passivos Correntes (*Outras contas a pagar*) reflete fundamentalmente a estimativa de férias e de subsídio de férias, de 2023, a pagar em 2024 (364.612,85€), os valores dos utentes à guarda da Instituição (56.728,16€) e as remunerações a pagar ao pessoal, relativas a dezembro de 2023, cuja compensação aconteceu em janeiro de 2024 (139.122,11€).

4.2 – PERSPETIVA ECONÓMICA - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O total dos **RENDIMENTOS** cifra-se em 4.381.883,77€, traduzindo um acréscimo 338.363,19€, cerca de 8,4% relativamente ao registado no período de 2022, que se justifica, fundamentalmente, pelos acréscimos registados nas contas 72 – Prestações de Serviços e 75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração e 79 – Juros e rendimentos similares obtidos.

A conta **72 – Prestações de Serviços** representa 59,8% do total dos Rendimentos, atingiu o valor de 2.622.325,76€ o que representa um acréscimo de global de 243.515,53€, mais 10,24% relativamente ao ano transato, o qual está relacionado com:

1 – Ao nível dos serviços de saúde – Exames Complementares de Diagnóstico, Consultas de Especialidades e Internamentos – houve um aumento significativo na faturação (+132.638,76€), face ao atingido, em 2022. Este aumento de faturação foi transversal a todos os serviços à exceção da radiologia e da gastroenterologia, como já referido, conheceu uma ligeira diminuição do número de utentes atendidos. São de destacar os aumentos na faturação do serviço de Fisioterapia (+85.034€), do serviço de internamento privado (+13.005€) e de medicina dentária (+11.940€).

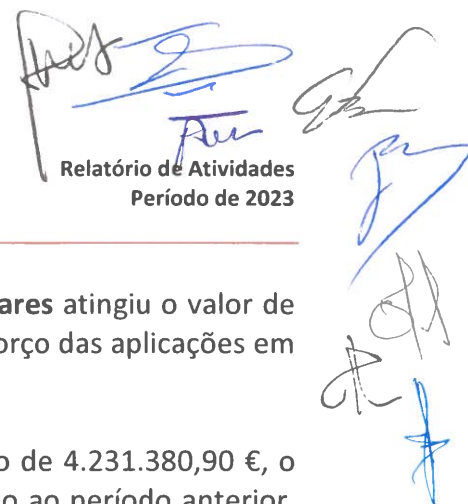
2 – Ao nível dos serviços sociais, a conta 721 - Mensalidades de Utentes, registou um acréscimo de 110.526,77€, relativamente a 2022, não só pela atualização das mensalidades dos utentes, face ao aumento das suas pensões, mas também pelo aumento da frequência nas valências, anteriormente referido.

Quanto à conta **75 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração**, representa 38,5% do total dos rendimentos, atingiu o valor de 1.688.784,36€, traduzindo um aumento de 87.632,40€, mais 5.5% relativamente ao ano de 2023. Engloba as participações do Instituto da Segurança Social (1.315.874€), da ARS Norte (339.694€), da Câmara Municipal (18.000€) e as doações e heranças (15.216€).

Neste âmbito, realçar a atualização das participações dos acordos de cooperação com a Segurança Social, já referidos.

A **conta 78 – Outros Rendimentos** atingiu o valor de 63.988,09€, um valor aproximado do atingido em 2022. Inclui os rendimentos com reembolsos de despesas de funeral, ganhos em inventários e alienações, indemnizações de seguros, e a imputação dos subsídios ao investimento.




Relatório de Atividades
Período de 2023

A conta **79 – Juros Dividendos e Outros Rendimentos Similares** atingiu o valor de 6.785,56€, justificado pelo aumento das taxas de juro e pelo reforço das aplicações em depósitos a prazo, durante o ano de 2023.

Ao analisar a estrutura dos **GASTOS** verifica-se uma execução de 4.231.380,90 €, o que traduz um acréscimo de 339.303,31€, mais 8,7% em relação ao período anterior. Este aumento está relacionado com aumentos nos Custos nas Matérias Consumidas, Fornecimentos e Serviços Externos e nos Gastos com Pessoal.

A conta **61 – Gastos com Matérias Consumidas** atingiu o valor de 430.227,96€, um representando um aumento de 51.079,60€, mais 13,74% comparativamente ao ano de 2022, justificado, pelo aumento generalizado dos preços dos géneros alimentares e dos detergentes, sobretudo no primeiro quadrimestre do ano, apesar da diminuição dos gastos com gases medicinais, material clínico e material hoteleiro (têxteis).

A conta **62 – Fornecimentos e Serviços Externos** apresentou um aumento de 11.091,52€ em relação ao período de 2022, atingindo o valor de 953.687,11€. Nesta conta estão espelhados os gastos com trabalhos especializados, publicidade, energia, combustíveis, comunicações, material de escritório, seguros, reparações, entre outros.

São de realçar por um lado o aumento da subconta Honorários conheceu um aumento de 43.365€ fruto do aumento da atividade dos serviços de saúde, e a diminuição dos gastos com combustíveis (-9.467€) e com energia elétrica (-37.560€) relacionado com a diminuição do preço dos produtos energéticos mas também do consumo de eletricidade, em consequência da já referida instalação do sistema de geração de energia fotovoltaica.

Os **Gastos com o Pessoal - conta 63**, representam 60,8% do total dos gastos da Instituição, atingiram o valor de 2.573.189,82€ conhecendo um acréscimo de 318.033€, relativamente ao ano transato. O aumento do número médio de colaboradores ao serviço da Instituição, de 138 para 145, o aumento do Salário Mínimo Nacional, de 705€ para 760€, atualização que abrangeu cerca de 55% dos colaboradores, o aumento de 8% dos salários das restantes categorias, as diuturnidades adquiridas e as reclassificações, justificam aquele acréscimo.

Quanto conta **64 – Gastos de depreciação**, apresenta o valor de 224.371,62€, que se traduz numa diminuição de 14.135,36€ comparativamente ao período anterior, justificada pela conclusão da depreciação de diversos equipamentos nas várias valências.

A conta **65 – Perdas por imparidade** apresenta o valor de 5.188,88€, traduzindo dívidas de utentes que não foram liquidadas, apesar dos processos jurídicos que foram desencadeados, no sentido de as recuperar.



A **conta 68 – Outros gastos** – Atingiu o valor de 44.693,47€, apresentando uma diminuição de 23.592€, em relação ao ano 2022, sobretudo relacionada com a diminuição da insuficiência de estimativa de subsídio de férias.

Esta conta engloba entre outros, os gastos com impostos indiretos e taxas (1.616€), acerto de inventário (620€) donativos concedidos (1.067€), dívidas incobráveis (2.375€), quotizações (3.800€), despesas de funeral de utentes (2.200€) e insuficiência da estimativa do subsídio de férias (31.562€).

Tendo em conta a inexistência de financiamento bancário, por parte da Instituição, a **conta 69 – Gastos de Financiamento** apenas apresenta o valor de 22,04€.

Fecha-se, assim, o ano de 2023, com um **Resultado Líquido positivo de 150.502,87€**.

4.3 – DESVIOS ORÇAMENTAIS

Como referimos, do período em análise, resultaram **RENDIMENTOS** no montante de 4.381.883,77€ e **GASTOS** no montante de 4.231.380,90€, o que se traduz num **RESULTADO LÍQUIDO POSITIVO, PARA O PERÍODO DE 2023, DE 150.502,87€**.

Na tabela seguinte faz-se o comparativo dos valores efetivos com os previsionais:

Rubrica	Valor Previsional	Valor Efetivo	Desvio %
Rendimentos	4.021.433,20 €	4.381.883,77 €	+ 8,81%
Gastos	4.015.617,08 €	4.231.380,90 €	+ 5,37%
Resultado Líquido	+ 5.816,12 €	+ 150.502,87€	

Os valores constantes da Conta de Exploração Previsional ficaram aquém dos valores efetivos atingidos no período em análise. Podemos constatar um desvio positivo nos rendimentos reais face aos rendimentos previsionais de 8,81% e um desvio positivo de 5,37% nos gastos reais face aos previsionais. Do lado dos rendimentos não foram suficientemente aprovisionados os aumentos da faturação, dos subsídios e dos juros recebidos. Do lado dos gastos não foram suficientemente aprovisionados o aumento dos gastos com pessoal e os aumentos provocados pela inflação. Ainda assim, as variações foram inferiores a 15%, não carecendo, portanto, de uma revisão orçamental.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relatório de Atividades
Período de 2023

5. Proposta de aplicação dos resultados

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras apresentadas, para o período de 2023, é apresentado um resultado líquido positivo de 150.502,87€, propondo-se a sua incorporação na conta Resultados Transitados.

6. Considerações Finais

A Mesa Administrativa, no cumprimento da alínea e) do artigo 27º do Compromisso da Irmandade, submete à apreciação, discussão e votação dos Irmãos reunidos na Assembleia-Geral Ordinária de 23 de março de 2024, as Demonstrações Financeiras e Anexo, relativos ao período de 2023.

O presente relatório contempla a atividade desenvolvida, pela Misericórdia de Arouca, nas diferentes respostas sociais e serviços de saúde.

O período em análise foi objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda, tendo sido aplicado o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SCN-ESNL, publicado pelo Decreto-Lei n.º 36/A-2011, de 9 de Março).

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca não tem em mora qualquer dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira, à Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas ou privadas.

Em termos de conclusão, face aos elementos apresentados e considerando a atual conjuntura socioeconómica, a Mesa Administrativa está satisfeita com os resultados obtidos, e pretende dar continuidade à missão secular da Instituição, ambicionando o seu crescimento sustentável, de modo a responder de forma mais completa às necessidades da comunidade local.

7. Agradecimentos

Em balanço podemos dizer que, em grande parte, objetivos estabelecidos para o ano de 2023 foram alcançados, com resultados positivos. Esta concretização demonstra uma gestão prudente e que procura a eficiência e a melhoria contínua dos serviços, mas revela igualmente uma ação coletiva, concertada e empenhada de todos os colaboradores das diferentes valências, e em geral, de todos quantos,



interna e externamente, se envolveram no exercício da atividade desta Instituição. Por este motivo, é importante expressar um agradecimento à Irmandade e respetivos Órgãos Sociais, aos colaboradores, aos beneméritos, aos fornecedores e a todas as Entidades Oficiais com quem mantemos relações de parceria e contratualização.

Arouca, 07 de março de 2024.

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Victor F. G. Brandão)

O Vice-Provedor

(António M. M. Mártinho Pato)

O Tesoureiro

(Alfredo B. Martins)

O Secretário

(António T. de Melo)

O Vogal

(Celso C. Soares)

O Vogal

(Ilídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal

(Ana M. D. Teixeira)

A Contabilista Certificada

(Manuela C. C. Gonçalves)



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2022	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	5.853.059,38	5.884.188,85
Bens do património histórico e cultural	5	205.011,31	205.011,31
Propriedades de investimento	-	-	-
Ativos intangíveis	6	3,75	48,85
Investimentos financeiros	18.2	14.468,54	17.773,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Subtotal		6.072.542,98	6.107.022,43
Ativo corrente			
Inventários	9	52.291,85	52.791,11
Créditos a Receber	18.3	218.793,28	284.872,95
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	920,56	3.723,98
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Outros ativos correntes	18.4	1.631.320,87	1.742.792,41
Diferimentos	18.5	11.120,69	9.083,17
Caixa e depósitos bancários	18.6	1.948.616,68	1.610.974,47
Subtotal		3.863.063,93	3.704.238,09
Total do Ativo		9.935.606,91	9.811.260,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18.7	148.895,87	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-
Reservas	18.7	951.375,44	951.375,44
Resultados transitados	18.7	4.668.672,27	4.517.228,88
Excedentes de revalorização	18.7	95.804,26	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	18.7	3.072.677,03	3.121.106,80
Resultado Líquido do período	-	150.502,87	151.443,39
Total do fundo do capital		9.087.927,74	8.985.854,64
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	-	-	-
Provisões específicas	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18.8	137.053,66	127.198,59
Adiantamentos de clientes	-	-	-
Estado e outros Entes Públicos	18.9	64.599,73	58.644,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	-	-	-
Financiamentos obtidos	8	-	-
Diferimentos	18.5	80.075,41	122.729,76
Outras passivos correntes	18.10	565.950,37	516.833,37
Subtotal		847.679,17	825.405,88
Total do passivo		847.679,17	825.405,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9.935.606,91	9.811.260,52

AROUCA, 7 de março 2024

A CONTABILISTA CERTIFICADA

Pin Cufes

A MESA ADMINISTRATIVA

Vicente Fernando Gonçalves
Álvaro Brandão
António Sérgio de Al.
António José Gonçalves
Ana Henrieta Decoste Torres

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel nº 4 4540-132 AROUCA N.I.F. 501 289 623



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	10	2.622.325,76	2.378.810,23
Subsídios, doações e legados à exploração	12 e 18.11	1.688.784,36	1.601.151,96
Variação nos inventários da produção	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(430.227,96)	(379.148,36)
Fornecimentos e serviços externos	18.12	(953.687,11)	(942.595,59)
Gastos com o pessoal	16	(2.573.189,82)	(2.255.156,65)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	18.3	(5.188,88)	(8.378,56)
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-
Outros rendimentos	18.13	63.988,09	63.343,67
Outros gastos	18.14	(44.693,47)	(68.286,42)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		368.110,97	389.740,28
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(224.371,62)	(238.506,98)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		143.739,35	151.233,30
Juros e rendimentos similares obtidos	10 e 18.15	6.785,56	214,72
Juros e gastos similares suportados	18.15	(22,04)	(4,63)
Resultados antes de impostos		150.502,87	151.443,39
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		150.502,87	151.443,39

AROUCA, 7 de março 2024

A CONTABILISTA CERTIFICADA

A MESA ADMINISTRATIVA

Victor Fernando Gomes Brando
Alfredo Brando Santos
Fulvio Soares de Al
António Brando Brando
Rep. de Carlos
Ana Maria Duarte Teixeira
J. de P. de J. de J. de J.

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
DE
AROUCA**



**ANEXO
AO BALANÇO
E
À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Período 2023**

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Arouca é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, com sede na Rua Dr. António Casimiro Leão Pimentel, n.º 4, em Arouca, constituída sob a forma de Irmandade da Misericórdia. O seu Compromisso foi publicado no Diário da República n.º 38 de 14/02/1990, Série III, e alterado, em 2015, em conformidade com o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei 172-A/2014, de 14 de novembro, e pela Lei n.º 76/2015, 28 de julho. Esta alteração foi aprovada pela autoridade eclesiástica competente, em 05/10/2015, e o seu registo foi lavrado pelo averbamento n.º 3, à inscrição n.º 02/88, a fls. 68 e 127 verso do Livro n.º 2 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 20/01/2016, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do Regulamento do Registo, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Desenvolve atividades nas áreas da ação social para idosos e crianças e da prestação de serviços de saúde.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2023, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. O Anexo II do referido Decreto refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março foi alterado pelos: Decreto-Lei 98/2015, de 2 de junho; Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho; Aviso 8259/2015, de 29 de julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu, pela primeira vez, no período de 2012.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)



3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor patrimonial tributável ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.1. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo custo de aquisição. Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de



gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	
...	
Outros Ativos intangíveis	

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Investimentos financeiros

Na data de Balanço, a Entidade efetua uma avaliação aos valores mobiliários de cotação variável, que detenha sempre que existam indícios de imparidade.

3.2.5. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (*first in, first out*).



3.2.6. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

3.2.7. Fundadores /beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros encontram-se com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

3.2.8. Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros ativos correntes” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.



3.2.9. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.10. Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.12. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.13. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimos Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Loações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou



- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontrem na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.14. Estado e Outros Entes Públicos

A entidade está isenta de IRC em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas.

A entidade está igualmente isenta de IVA, nos termos do artigo 9º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. O IVA suportado em empreitadas, aquisição de equipamentos e aquisição de géneros alimentares é restituído à entidade nos termos do Decreto-Lei 20/90 de 13/1, alterado pelo Decreto-Lei n.º 238/2006 de 20/12.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não existem efeitos nas contas provocados por alterações de políticas contabilísticas, alterações nas estimativas ou erros.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público.

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2022, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":



	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

A verba apresentada em balanço retrata o investimento, em 2013, na reconstrução de um conjunto de casas rurais, no sentido de as converter no “Núcleo Museológico da Lavoura e do Linho”. Inclui também um monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia” e um conjunto de móveis, adquirido, em 2016, a um antiquário. Em 2018, foi incluído um conjunto de quatro cruzeiros em granito, existentes nas ruas da Vila, que constituem a Via Sacra, e fazem parte do monumento do século XVII - “Calvário da Misericórdia”.

Em 2023, não ocorreram movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”.

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Bens imóveis	-	-	-	-	-	-
Arquivos	-	-	-	-	-	-
Bibliotecas	-	-	-	-	-	-
Museus	201.275,31	-	-	-	-	201.275,31
Bens móveis	3.736,00	-	-	-	-	3.736,00
...	-	-	-	-	-	-
Total	205.011,31	-	-	-	-	205.011,31

Não existiram perdas por imparidade no período de 2023, nem em períodos anteriores.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada, no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	-	-	-	-	627.668,67
Edifícios e outras construções	6.562.001,79	194.157,17	-	-	-	6.756.158,96
Equipamento básico	1.608.039,23	90.789,38	(2.590,47)	-	-	1.696.238,14
Equipamento de transporte	257.370,36	-	(16.925,03)	-	-	240.445,33
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	387.896,44	2.519,72	-	-	-	390.416,16
Outros Ativos fixos tangíveis	147.098,99	467,74	-	-	-	147.566,73
Activos fixos tangíveis em curso	68.666,95	5.062,58	-	-	-	73.729,53
Total	9.658.742,43	292.996,59	(19.515,50)	-	-	9.932.223,52
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.819.852,12	148.913,09	-	-	-	1.968.765,21
Equipamento básico	1.243.789,36	74.878,46	(2.163,05)	-	-	1.316.504,77
Equipamento de transporte	242.471,17	7.000,37	(16.925,03)	-	-	232.546,51
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	368.686,09	6.563,04	-	-	-	375.249,13
Outros Ativos fixos tangíveis	154.021,31	947,74	-	-	-	154.969,05
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	3.828.820,05	238.302,70	(19.088,08)	-	-	4.048.034,67

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Terrenos e recursos naturais	627.668,67	-	-	-	-	627.668,67
Edifícios e outras construções	6.756.158,96	34.352,45	-	-	-	6.790.511,41
Equipamento básico	1.696.238,14	62.677,45	(6.240,73)	-	-	1.752.674,86
Equipamento de transporte	240.445,33	91.635,00	-	-	-	332.080,33
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	390.416,16	4.362,84	(2.739,54)	-	-	392.039,46
Outros Ativos fixos tangíveis	147.566,73	476,81	-	-	-	148.043,54
Activos fixos tangíveis em curso	73.729,53	26.235,00	-	(26.542,50)	-	73.422,03
Total	9.932.223,52	219.739,55	(8.980,27)	(26.542,50)	-	10.116.440,30
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.968.765,21	154.713,02	-	-	-	2.123.478,23
Equipamento básico	1.316.504,77	55.905,38	(6.240,73)	-	-	1.366.169,42
Equipamento de transporte	232.546,51	6.793,13	-	-	-	239.339,64
Ferramentas e Utensílios	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	375.249,13	6.502,57	(2.739,54)	-	-	379.012,16
Outros Ativos fixos tangíveis	154.969,05	412,42	-	-	-	155.381,47
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-
Total	4.048.034,67	224.326,52	(8.980,27)	-	-	4.263.380,92



No que respeita aos movimentos nos ativos fixos tangíveis são de destacar os seguintes:

- **Edifícios e outras construções:** cobertura dos dois contentores, transformados em salas de visitas (5.658€), à conclusão da obra da troca da sala de estar pelo refeitório (2.151,95€) e da empreitada de instalação dos painéis solares fotovoltaicos (26.542,50€).
- **Equipamento básico:** para além do reforço de alguns equipamentos nas várias valências, destacam-se as aquisições: de novos equipamentos para o serviço de gastroenterologia (35.700€), para a esterilização (6.021€) e para o internamento (3.437€). Também foram substituídos 11 aparelhos de ar condicionado, no valor de 16.115€ Procedeu-se ao abate de diverso equipamento básico por desgaste ou avaria irreparável cujo valor de aquisição totaliza os 6.240,73€.
- **Equipamento administrativo:** substituição de computadores obsoletos (3.710€).
- **Equipamento de transporte:** aquisição de duas viaturas elétricas, uma ligeira de mercadorias e uma ligeira de passageiros (91.635€).
- **Ativos Fixos Tangíveis em curso:** o saldo reflete o valor investido nos projetos de arquitetura e/ou especialidades para a construção de: uma residência assistida (1.845€); remodelação e ampliação da ERPI (61.726,40€), construção de um novo hospital (7.687,53€), e construção de uma valência de ensino pré-escolar (2.163,10€). A transferência de 26.542,50€ reflete a conclusão da empreitada de instalação de painéis solares fotovoltaicos.

Investimentos Financeiros

No que concerne aos “Investimentos Financeiros”, espelha o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), que em 31/12/2023 apresentava o valor de 14.468,54€.

6. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Intangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:



	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.175,47	-	204,28	-	-	30.379,75
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.175,47	-	204,28	-	-	30.379,75

Não existiram perdas por imparidade no período de 2022.

	Saldo em 01-Jan-2023	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2023
Custo						
Goodwill	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.428,60	-	-	-	-	30.428,60
Depreciações acumuladas						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Programas de Computador	30.379,75	-	45,10	-	-	30.424,85
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	30.379,75	-	45,10	-	-	30.424,85

Não existiram perdas por imparidade no período de 2023.



7. Locações

Em 31/12/2023 a Entidade não detinha qualquer contrato de locação financeira.

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2023, a Entidade não detinha empréstimos bancários.

9. Inventários

Os valores da rubrica “*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*” se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 5.599,86€;
- Matérias Subsidiárias e de consumo: 38.990,99€;
- Materiais Diversos: 7.701,00€, este valor refere-se a um donativo em géneros - vestuário de criança – de uma empresa têxtil à Entidade, em 2012, avaliado em 21.292,50€, o qual se destina a contribuir para o desenvolvimento de atividades futuras, tendo sido consumidos, em 2013, 1.262,25€, em 2014, 6.727,75€, em 2015, 178,50€, em 2016, 259,25€, em 2017, 170,00€, em 2018, 199,75€, em 2019 119,00€, em 2022 3.995,00€, por doação às crianças da Ucrânia. Em 2023, foi dada saída de 680€, dos quais 620,50€ por acerto de inventário e o restante para consumo na Creche.

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “*Inventários*” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2022	Compras	Redassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2022	Compras	Redassificação se regularizações	Inventário em 31-Dez-2023
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	53.641,42	387.043,45	(8.745,40)	52.791,11	438.390,06	(8.661,36)	52.291,85
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	53.641,42	387.043,45	(8.745,40)	52.791,11	438.390,06	(8.661,36)	52.291,85

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	379.148,36	430.227,96
Variações nos inventários da produção	-	-



10. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	2.622.325,76	2.378.810,23
Quotas dos utilizadores	986.927,22	876.400,45
Quotas e Jóias	3.220,00	2.870,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços secundários	1.632.178,54	1.499.539,78
Juros	52,92	214,72
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Outros rendimentos similares		

De referir que na conta 'Quotas dos utilizadores' constam as mensalidades de utentes das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (22.174,78€), Família e Comunidade (85.299,56€) e Terceira Idade (879.452,88€). A conta 'Serviços Secundários' engloba, os serviços de saúde, nomeadamente os Internamentos, Consultas e serviços de enfermagem (516.084,26€), os Exames Auxiliares de Diagnóstico (386.753,85€) e os tratamentos de Fisioterapia (685.773,81€), Outros serviços de saúde (43.566,62€).

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2022 e 2023, não ocorreram variações relativas a provisões.

Passivos contingentes

Não existem passivos contingentes.

Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes.



12. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo	1.673.568,17	1.564.781,02
Centro Regional Segurança Social	1.315.874,04	1.180.562,41
Comparticipação da ARS	339.694,13	336.298,28
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	5.968,83
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	10.864,00
POISE	-	13.087,50
Apoios do Governo	-	-
...	-	-
...	-	-

Na rubrica 'Centro Regional da Segurança Social' constam as participações dos acordos das valências de serviços sociais, nomeadamente da Infância e Juventude (219.404,97€), Cantinas Sociais (11.049€), Terceira Idade (949.426,86€) e Unidade de Cuidados Continuados (135.993,21€).

13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não existem efeitos de alterações das taxas de câmbio nos períodos de 2022 e 2023.

14. Imposto sobre o Rendimento

A entidade está isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) em todas as atividades que desenvolve, nos termos do n.º 1 do artigo 10º do Código do Imposto sobre as Pessoas Coletivas, e conforme o estipulado na Declaração da Direção-Geral das Contribuições e Impostos, publicada no Diário da República – III Série, n.º 194, de 24/8/1989.

15. Instrumentos financeiros

A 31/12/2023 a Entidade não possuía quaisquer instrumentos financeiros.

16. Benefícios dos empregados



Os Órgãos Diretivos ou Corpos Sociais desta Entidade, são voluntários e, portanto, não auferem qualquer remuneração, de acordo com o *Compromisso* e legislação aplicável às IPSS.

No ano de 2023, o número médio de pessoas ao serviço da Entidade foi de 145, ou seja, houve um aumento de 7 trabalhadores, comparativamente ao ano anterior que foi de 138.

Os gastos que a Entidade incorreu, com os funcionários, foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	2.103.282,13	1.842.895,49
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	435.929,51	382.007,59
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	18.231,96	15.488,88
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	15.746,22	14.764,69
Total	2.573.189,82	2.255.156,65

O aumento dos gastos com remunerações ao pessoal estão relacionados com o aumento do número médio de trabalhadores, de 138 para 145, o aumento do salário mínimo nacional de 705€ para 760€, o aumento de 8% nas remunerações acima do salário mínimo nacional, as diuturnidades adquiridas e as reclassificações efetuadas, no período de 2023.

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

18.1. Enquadramento económico do período 2023

O contexto macroeconómico da Europa, em 2023, à semelhança do que havia acontecido em 2022, em consequência da inesperada invasão russa da Ucrânia, continuou dominado pela



inflação alta e o aumento das taxas de juro, sobretudo durante o primeiro semestre. A partir de meados de 2023, segundo o Banco Central Europeu (BCE), a economia da zona euro enfraqueceu devido aos entraves decorrentes das condições de financiamento mais restritivas, da perda de competitividade e da fraca confiança dos agentes económicos. O crescimento económico, em 2023, foi fraco mas a descida gradual da inflação, que se notou ao longo do ano, fruto do desvanecimento das pressões sobre os custos e do impacto da política monetária do BCE, permitiu alguma recuperação do rendimento das famílias.

A tendência de diminuição das taxas de juro e de estabilização dos preços também veio aliviar as Entidades do Terceiro Setor, após um período muito difícil, de preços muito elevados, sobretudo dos géneros alimentares, dos materiais de consumo e da energia. No entanto, o aumento significativo dos salários, que vem sendo praticado há alguns anos, continua a ter um grande impacto na estrutura de gastos destas Entidades, situação que, no caso da Misericórdia de Arouca, acabou por ser compensada, por um lado, pelo um significativo aumento do seu volume de faturação e pela atualização das participações dos acordos de cooperação com o Estado e, por outro lado, pelo facto de não ter encargos com financiamentos bancários.

18.2. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Outros Investimentos Financeiros	-	-
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	14.468,54	17.773,42
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
Total	14.468,54	17.773,42

18.3. Créditos a Receber

Para os períodos de 2022 e 2023 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:



Descrição	2023	2022
Cientes e Utentes c/c	232.360,72	293.251,51
Cientes	104.823,46	203.535,79
Utentes	127.537,26	89.715,72
Cientes e Utentes títulos a receber	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes factoring	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Cientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Cientes	-	-
Utentes	-	-
Total	232.360,72	293.251,51

No período de 2023 foram registadas "Perdas por Imparidade".

Descrição	2023	2022
Cientes	-	-
Utentes	(13.567,44)	(8.378,56)
Total	(13.567,44)	(8.378,56)

18.4. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	45.817,50
Devedores por acréscimos de rendimentos	77.490,70	36.167,26
Outros instrumentos financeiros	-	-
Outros Devedores	1.553.830,17	1.660.807,65
Perdas por Imparidade	-	-
Total	1.631.320,87	1.742.792,41

A rubrica 'Devedores por acréscimos de rendimentos' inclui, entre outros, a faturação processada em janeiro de 2024, relativa ao mês de dezembro de 2023, do internamento privado (15.563,78€) e da unidade de cuidados continuados (29.935,06€), os juros dos depósitos a prazo relativos a 2023, a receber em 2024 (6.732,64€), bem como o rappel comercial atribuído por fornecedores (10.410,26€).

A rubrica 'Outros Devedores' reflete, fundamentalmente, as verbas que se encontram por receber do IGFSS (9.808,80€), do FRSS (1.583,12€), do Norte 2020 - FEDER (9.126,58€), da ARS Norte (241.775,36€) e da ADSE (8.960,99€) e do Instituto da Segurança Social PARES 3.0 (1.218.516€), e PRR Mobilidade Verde (15.000€).



18.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer		
Despesas com custo diferido	11.120,69	9.083,17
...	-	-
...	-	-
Total	11.120,69	9.083,17
Rendimentos a reconhecer		
Quotas	70,00	35,00
Donativos em géneros	7.701,00	8.381,00
Outros	72.304,41	114.313,76
Total	80.075,41	122.729,76

A rubrica ‘Outros Rendimentos a Reconhecer’ reflete a retenção de garantia da empreitada de construção do edifício do Hospital (49.670,04€) que está a ser reconhecida como rendimento na medida da depreciação desse ativo e o adiantamento das participações da Segurança Social, relativas ao ano de 2024 e pagas em dezembro de 2023, como forma de garantia de liquidez às Instituições de Solidariedade Social (22.634,37€).

18.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Caixa	58.758,89	60.511,39
Depósitos à ordem	639.857,79	1.200.443,08
Depósitos a prazo	1.250.000,00	350.020,00
Outros	-	-
Total	1.948.616,68	1.610.974,47

O valor em caixa, em 31/12/2023, inclui uma verba (56.728,16€) que pertence aos utentes mas que está à guarda da Entidade.

18.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:



Descrição	Saldo em 01-Jan-2023	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2023
Fundos	148.895,87	-	-	148.895,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	951.375,44	-	-	951.375,44
Resultados transitados	4.517.228,88	151.443,39	-	4.668.672,27
Excedentes de revalorização	95.804,26	-	-	95.804,26
Outras variações nos fundos patrimoniais	3.121.106,80	-	48.429,77	3.072.677,03
Total	8.834.411,25	151.443,39	48.429,77	8.937.424,87

- Conta "Resultados Transitados": pela afetação do Resultado Líquido, do período de 2022, (151.443,39€)

- Conta "Outras Variações nos Fundos Patrimoniais": pela imputação dos subsídios ao investimento e das doações (48.429,77€).

18.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	137.053,66	127.198,59
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	137.053,66	127.198,59

18.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	920,56	3.723,98
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	920,56	3.723,98
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	12.414,56	13.349,75
Segurança Social	51.650,01	44.668,57
Outros Impostos e Taxas	535,16	625,84
Total	64.599,73	58.644,16

**18.10. Outros Passivos Correntes**

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	139.122,11	-	119.495,98
Remunerações a pagar	-	139.122,11	-	119.495,98
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	16,10
Credores por acréscimos de gastos	-	364.612,85	-	331.991,87
Outros credores	-	62.215,41	-	65.329,42
	-	-	-	-
Total	-	565.950,37	-	516.833,37

O valor constante da rubrica 'Credores por acréscimos de gastos' corresponde às estimativas de férias e subsídios de férias de 2023, a pagar em 2024.

Quanto ao valor da rubrica 'Outros Credores' reflete, fundamentalmente, os valores que pertencem aos utentes mas se encontram à guarda da Entidade.

18.11. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e de 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Governo	1.673.658,17	1.564.781,02
Centro Regional Segurança Social	1.315.874,04	1.180.562,41
Comparticipação da ARS	339.694,13	336.298,28
Comparticipação da SAD/PSP	-	-
IEFP	-	5.968,83
Autarquia	18.000,00	18.000,00
IAPMEI	-	10.864,00
POISE	-	13.087,50
Apoios do Governo	-	-
Total	1.673.658,17	1.564.781,02

Descrição	2023	2022
Subsídios de outras entidades	-	-
Doações	15.216,19	36.370,94
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	15.216,19	36.370,94



Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

18.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	701.325,49	650.721,48
Materiais	36.111,03	36.551,22
Energia e fluidos	164.703,21	211.512,56
Deslocações estadas	455,90	714,31
Comunicações	8.840,96	9.043,23
Seguros	10.847,28	10.384,97
Outros fornecimentos	31.403,24	23.667,82
	953.687,11	942.595,59

O valor constante da rubrica 'Serviços Especializados' corresponde, fundamentalmente, a honorários de prestadores de serviços (604.689,41€), gastos com a conservação e reparação de equipamentos (45.461,03€), trabalhos especializados (42.571,89€), serviços bancários (2.070,82€) e publicidade (3.525,34€).

A rubrica outros fornecimentos inclui gastos com rendas e alugueres (21.711,20€).

18.13. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	5.933,12	8.605,38
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,10	155,96
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	866,41
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	81,13
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	1.000,00
Outros rendimentos e ganhos	58.054,87	52.634,79
Total	63.988,09	63.343,67



A subconta 'Outros rendimentos' reflete fundamentalmente a imputação dos subsídios aos investimentos (48.239,77€) a qual é feita, anualmente, na proporção das depreciações dos ativos fixos tangíveis financiados, indemnização de seguros (2.083€), indemnização de colaboradores por falta do aviso prévio contratado (4.395,12€).

18.14. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	1.616,11	2.114,49
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,53	1,22
Dívidas incobráveis	2.375,90	2.970,96
Perdas em inventários	620,50	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	3,85
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	427,42
Outros Gastos e Perdas	40.080,43	62.768,48
Total	44.693,47	68.286,42

A subconta 'Outros gastos e perdas' reflete, fundamentalmente, as correções relativas a exercícios anteriores (415€), os donativos (1.067€), as quotizações (3.800€), despesas com funerais de utentes (2.200,37€) e insuficiência de estimativa de férias e subsídio de férias (31.562,46€).

18.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	22,04	4,63
Total	22,04	4,63
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6.785,56	214,72
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	6.785,56	214,72
Resultados financeiros	6.763,52	214,72



18.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2023 foram objeto de Certificação Legal de Contas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda..

Arouca, 7 de março de 2024.

A Mesa Administrativa

O Provedor

(Victor F. G. Brandão)

O Vice-Provedor

(António M. M. Martingo Pato)

O Tesoureiro

(Alfredo B. Martins)

O Secretário

(António T. de Melo)

O Vogal

(Celso C. Soares)

O Vogal

(Hídio P. L. S. Ferreira)

O Vogal

(Ana M. D. Teixeira)

A Contabilista Certificada

(Manuela C. C. Gonçalves)



ls

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA**, (a Entidade) que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.935.607 euros e um total de fundos patrimoniais 9.087.928 euros, incluindo um resultado líquido de 150.503 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA** e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



5

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS.

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 5 de março de 2024

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

representada por

(Carlos Manuel Pereira da Silva, R.O.C. n.º 820
registado na CMVM com o n.º 20160448)

ANEXO À ATA N.º 1/2024, de 8 de março, do Conselho Fiscal da SCMA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

De harmonia com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 31º do Compromisso desta Santa Casa, cumpre-nos dar parecer sobre o Relatório e Contas de Gerência do ano 2023.

Examinámos o Relatório e as Contas de Gerência, as quais incluem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 9.935.606,91€ e um total de fundos patrimoniais de 9.087.927,74€, incluindo um resultado líquido positivo de 150.502,87€), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Concluímos que o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período de 2023 e as demonstrações financeiras referidas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março (NCRF-ESFL), atestada pela Certificação Legal de Contas.

Pela análise das contas e dos documentos já referidos, o Conselho Fiscal reconhece e enaltece a gestão da Instituição, desenvolvida pela Mesa Administrativa, no ano de 2023.

Entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer:

- Que seja aprovado o Relatório e Contas de Gerência referentes ao período que findou em 31 de Dezembro de 2023.

Arouca, 08 de março de 2024

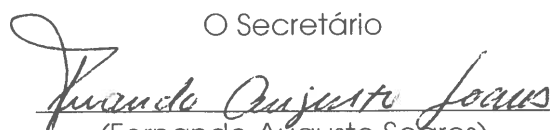
O Presidente


(Manuel Brandão Duarte)

O Vice-Presidente


(Floriano de Pinho Duarte)

O Secretário


(Fernando Augusto Soares)